

ACTA NÚMERO 124 (CENTO E VINTE E QUATRO)

Aos seis dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no auditório do Centro de Medicina Desportiva de Lisboa, sito na Av.^a Professor Egas Moniz, reuniu em segunda convocatória a Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), regularmente convocada para o efeito, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 20º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um – Discussão e votação do Orçamento Rectificativo para o ano de 2017;

Ponto Dois – Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o Ano de 2018;


Ponto Três – Ratificação da filiação: AEFC Tecnologia alteração de designação para Nova Rugby; União Desportiva de Leiria; TRP-Associação Touch Rugby Portugal (art.º 12º dos Estatutos)

Ponto Quatro – Informações – Cancelamento do Congresso FPR

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo respectivo Presidente, Tito Arantes Fontes, pelo Vice-Presidente, Miguel Cordovil Matos e pelo Secretário Miguel Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória (18.00 horas), o Presidente da Assembleia constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º 4 do Artigo 20.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (18.30 horas).

À hora marcada para a segunda convocatória encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: Paulo Jorge Picão Eusébio e Ricardo Nunes (AA Coimbra); Luis Souto Barreiro (AAIS Agronomia); André Gouveia e José Luis Duarte (AEFC Tecnologia); Vasco Sevinato Pinto (AEIS Agronomia); Luis Baptista (Belas RC); António Marques, Mário Carriço e Pedro Freitas (Caldas RC); Miguel Cordovil Matos e Miguel Rodrigues (CDUL); Miguel Freudenthal (CF Belenenses); Manuel Couto, Nuno Raimundo e Francisco Martins (CR Évora); Miguel Teixeira e Manuel Barros (CR São Miguel); Pedro Lucas e Jorge Rosa (CR Técnico); António Costa (CRAV); Luis Filipe Lança de Morais e Pedro Fragoso Mendes (GD Direito); José Maria Sampaio e Carlos Reis (GDS Cascais); Manuel Ribeiro e Olinda Costa (Guimarães RUFC); Carlos Dias (RC Bairrada); Valter Jorge Rodrigues (Rugby Vila Moita); José Carlos Moura e João Sousa (RC Loulé); José Redondo, José Duarte e Ricardo Rodrigues (RC Lousã); António Xavier, António Santos e Bernardo Xavier (RC Montemor); Frederico Monteiro (RC Santarém); Rodrigo Alves, António Simões dos Santos e Luis Filipe Moutela (SL Benfica); Tito Fontes (Sporting Rugby); Pedro Vieira (ANAR); Luis Canogia Costa (ARS); Alcino Morais da Silva (CRRC).



Encontravam-se também presentes o Presidente da FPR Luis Cassiano Neves, os Vice-Presidentes da Direcção Carlos Lobo Gaspar, Marta Ferreira e Rui Neves, o membro do Conselho Geral Pedro Sousa Ribeiro, Jorge Mendes Silva e Álvaro Santos do Conselho de Arbitragem, admitidos a participar nos trabalhos da Assembleia Geral nos termos do n.º10 do Artigo 20.º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby.

Antes da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação um pedido de autorização para assistirem à reunião os senhores Mário Costa, Rui Alvarez, Adelino Farrajota, Henrique Garcia, António Moita e Martim Aguiar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ainda antes da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Dr. Tito Arantes Fontes falou da sua experiência nas Assembleias Gerais de outras modalidades e apelou à união dos delegados para se ultrapassar o momento difícil que o rugby vive. A pedido da Direcção, alterou a discussão e votação dos pontos da ordem de trabalhos, determinando que se comesse pelos Pontos Três e Quatro da Ordem de Trabalhos, seguindo-se o Um e o Dois.

Entrando de imediato na discussão do Ponto Três, tomou a palavra o Presidente da FPR que justificou a apresentação destas candidaturas, já aprovadas em reunião de Direcção, propondo a respectiva ratificação. Posta à votação foi a proposta aprovada por unanimidade.

Na discussão do Ponto Quatro da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Tito Fontes passou a palavra a Luis Cassiano Neves, que assinalou o diminuto nível de participação da comunidade do rugby no projecto do Congresso, tendo informado que o número de inscritos nunca passou dos 15, pelo que a Direcção entendeu ser preferível cancelar.

De seguida tomou a palavra Pedro Ribeiro, membro do Conselho Geral, que lamentou a falta de interesse dos delegados em participarem no Congresso ao invés do que se verifica nesta Assembleia Geral, e lembrou que em 1996 se realizou um Congresso que teve enorme sucesso.

Não havendo quem mais desejasse usar da palavra, o Presidente da Mesa declarou aberta a discussão do Ponto Um da ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao Presidente da Direcção da FPR.

Luis Cassiano Neves apresentou as propostas para a rectificação do Orçamento, informando que o exercício sob apresentação incluía três das quatro medidas já apresentadas nesta Assembleia (taxa de inscrição por equipa, por jogador e taxa relativa aos custos com a arbitragem, tendo-se deixado cair a medida relativa ao seguro). O Presidente da Direcção teceu considerações sobre a evolução do número de praticantes e clubes, que aumentou até dois mil e onze e depois estagnou, e de praticantes por escalão. Considera que o rugby tem taxas de retenção relativamente normais, mas pouca matéria prima em termos de número de praticantes, sendo que a área da grande Lisboa concentra 57% dos jogadores em Portugal. Referiu que o rugby é a décima terceira

Federação em número de atletas, mas a sétima Federação a nível de subsídios, o que se deve aos resultados desportivos positivos e não à relevância numérica de praticantes, razão pela qual é a Federação com o melhor rácio jogador/subsidio. Considera que o rugby português tem de olhar para o ambiente escolar e para o rugby feminino para crescer. Em termos de competições, 2015 (que foi o pior ano no ranking World Rugby – 27º) representou o corolário de investimento crescente nas selecções nacionais, facto que evidencia a ausência de uma relação directa entre determinado investimento e resultados. Na opinião do Presidente da Direcção, em termos de competição, a Federação pode gastar mais ou menos 200 mil euros sem que exista uma correlação necessária entre o que investe e os resultados.

Em ano de qualificação para o Mundial, é natural que se tenha mais facilidade em assegurar melhores valores. O problema estratégico é que se está a criar um “monstro”, que depois quando passa a fase de qualificação não se consegue continuar a alimentar. Tem de se pensar nisso. Mas restam poucas dúvidas à Direcção que a Selecção tem de ser uma aposta muito séria.

Informou que a Direcção está a arregaçar as mangas do ponto de vista comercial, mas que a Federação está a gerir dívida entre bancos, fornecedores e outros credores, que não consegue pagar. A dívida não se resolve com uma ida à banca. Na sua opinião, a curto prazo, estará em cima da mesa a venda de activos imobiliários para resolver a questão da dívida.

Informou ainda que quando Portugal saiu do processo de qualificação para os Jogos Olímpicos a Federação perdeu 175.000 euros da Santa Casa (2013). Mas para 2018, já está previsto receber até 100.000 euros do jogo do Placard. A Unicer, por seu turno, em princípio também irá incrementar o seu patrocínio.

Em 2016 houve um acréscimo nos custos do desenvolvimento porque a World Rugby nos alertou que não toleraria mais que as verbas destinadas ao desenvolvimento fossem afectas a outras finalidades, como vinha sucedendo. Houve uma redução significativa de 2015 para 2016 no desenvolvimento. Considera que os jogadores, treinadores e directores têm sido heróis na acomodação deste esforço.

De 2016 para 2017 o grande esforço está na parte administrativa.

Na opinião da Direcção, os actuais valores do Desenvolvimento e Alto Rendimento estão no limiar crítico, mínimo ou de sustentabilidade, para justificar os níveis de financiamento que temos com o IPDJ e a World Rugby.


As receitas comerciais e públicas não podem ser uma forma estrutural de pagar dívida. 70% das receitas são públicas, 28,5% são de patrocinadores e apenas 1,5% é da filiação. É preciso aumentar esta receita da filiação.

A título de exemplo, a revisão dos Estatutos e Regulamentos da FPR tem de ser contratada no exterior, mas não há verba para o efeito.

Esta Direcção percebe que tem de cortar custos e aumentar receitas de patrocinadores, mas precisamos de outras fontes de financiamento.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou então a palavra aos delegados.

Pedro Ribeiro do Conselho Geral referiu que o número de atletas de Voleibol e Basquetebol estão inflacionados pois incluem o Desporto Escolar. Luis Cassiano Neves



confirmou, mas referiu que o IPDJ considera esses números, e que compete à FPR conseguir fazer o mesmo para os praticantes do desporto escolar, e salientou que os clubes que melhor desenvolverem actividades com escolas serão os que num futuro próximo mais irão crescer e deverão ser recompensados por isso.

Paulo Picão da AA Coimbra abordou a questão da quebra de inscrições na presente época, uma vez que o documento apresentado à Assembleia prevê uma diminuição de 20%, mas o Presidente da FPR salientou que estes ainda não são os números definitivos, já que há muitos clubes que inscrevem tardiamente os jogadores principalmente nos escalões jovens, resultando essa quebra de 20% de uma perspectiva conservadora da FPR.

Interveio de seguida o Vice-Presidente da FPR Carlos Lobo Gaspar que elogiou a apresentação feita pelo Presidente das razões que levam a apresentar as medidas para o orçamento rectificativo. O Orçamento era de 2.034.500 euros, mas na realidade estarão em causa 1.563.552, havendo uma diferença de valor de cerca de quatrocentos mil euros porque não se realizaram determinadas actividades, porque foi adiado o pagamento das amortizações dos empréstimos e porque têm aumentado as dívidas a fornecedores.

Explicou ainda que as medidas propostas de receitas adicionais que constam do orçamento rectificativo significam cerca de 93 mil euros no ano de 2017, o que permitirá financiar um acréscimo no Desenvolvimento (2/3 desse valor) e no Alto Rendimento (1/3 desse valor).

Ferreira Marques, do Caldas RC, questionou que medidas vinham reflectidas na documentação distribuída, porque não lhe parecia que essas receitas adicionais constassem dessa documentação.

Pedro Lucas do Técnico questionou qual o impacto nos clubes se o orçamento rectificativo for aprovado.

Carlos Gaspar explicou que, por delicadeza, não se fez constar da documentação distribuída os números relativos às medidas de receita adicional que ainda se querem aprovar. As medidas têm de ser votadas e consideradas em acréscimo a estes números. Com as medidas propostas a rubrica de recebimentos de associados passaria de 34 mil euros para 127 mil euros.

Luis Cassiano Neves esclareceu que o orçamento rectificativo inclui as medidas já apresentadas incluindo o aumento das participações dos clubes.

O Presidente da Mesa da Assembleia passou de seguida a palavra a Paulo Xavier do RC Montemor, que disse que falta transparência ao orçamento rectificativo e considerou um logro a forma como o mesmo foi apresentado.

Luis Filipe Lança de Moraes, do GD Direito, referiu que as medidas agora propostas já foram reprovadas em anteriores Assembleias Gerais e que a forma como foram apresentadas foi pouco clara.

Pedro Lucas do Técnico louvou a forma como a Direcção apresentou a evolução da modalidade. Referiu que os clubes já tinham apresentado uma proposta em que assumiam o desenvolvimento e a arbitragem e lamentou que o Presidente da FPR tenha considerado em entrevista na comunicação social essas propostas indignas. Os maiores clubes vão ser mais penalizados neste orçamento rectificativo, suportando cerca de 80%

do aumento da participação dos clubes para o orçamento, e considerou que actualmente há muita gente a ganhar sem que haja retorno visível.


Miguel Teixeira, do CR São Miguel, partilha a opinião de Pedro Lucas relativa à qualidade do documento apresentado pela FPR. O Rugby está numa encruzilhada em que não há dinheiro e está a cair num impasse, sendo urgente encerrar o problema. O CR São Miguel está disponível para participar financeiramente nas necessidades da FPR e na medida das suas capacidades. Esclareceu que as verbas para o desenvolvimento só serão disponibilizadas pelo IPDJ se forem utilizadas pelas entidades próprias (FPR/contratos programa) e portanto entende que a proposta do Técnico não é exequível e assim sendo é uma “não proposta”.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral esclareceu que na Assembleia Geral de 8 de Julho foi aprovada a proposta referida pelo delegado Pedro Lucas, denominada dos “6 Clubes”.

Luis Cassiano Neves lamentou não ter sido mais eficaz e lamentou a opinião do delegado Paulo Xavier, na medida em que nunca foi intenção da Direcção levar os clubes a aprovarem medidas de forma pouco transparente. A Direcção escalpelizou o impacto das medidas por clube precisamente com o objecto de ser transparente. Entende que o rectificativo sem as medidas não funciona, porque vai gerar dívida. As medidas em causa não foram duas vezes chumbadas: foram uma vez e entretanto houve uma alteração, porque se deixou cair a questão do seguro. Mas vai solicitar a votação do orçamento rectificativo com e sem o aumento de contribuição dos clubes. A proposta dos “6 clubes” foi efectivamente aprovada mas é inexecutável e aceita que foi um excesso considerá-la indigna, pedindo desculpa pela expressão. O que pretendeu transmitir é que a proposta revela um desconhecimento absoluto do modo como a FPR se financia. Quanto à arbitragem, com quem o Presidente da Direcção reconhece que tem mantido um relacionamento institucional difícil, informou que teve uma reunião com a ANAR em que apresentou uma proposta para reduzir 70% do custo com a arbitragem, a qual foi rejeitada. Explicou que disse à ANAR que iria apresentar estas medidas de receitas adicionais à Assembleia, mas que mesmo que as mesmas sejam aprovadas, o seu compromisso é o de reduzir a tabela de custos com a arbitragem. Os árbitros têm razão nalgumas das suas reivindicações pois infelizmente existem sempre pagamentos em atraso. A FPR defende que a formação dos árbitros passe para o desenvolvimento. Considera vital cumprir com os árbitros, mas explicou que a dinâmica de redução também tem de os afectar. Defende que há um caminho a percorrer para melhorar e credibilizar o sector da arbitragem.

O Presidente da Mesa interveio, explicando que tem permitido ampla latitude à discussão, mas recordou que o ponto em discussão é o orçamento rectificativo. Explicou a esse respeito que vai pôr à votação o orçamento rectificativo em duas versões, uma no montante de 1.563 mil euros e a outra de 1.656 mil euros, ou seja, incluindo as medidas de receita adicionais. Se a segunda proposta vier a ser aprovada substitui a primeira.

Miguel Freudenthal do Belenenses salientou que os delegados representam agremiações sem fins lucrativos e que se está com um problema aritmético, ou seja se aumentar a participação dos clubes, aumenta-se o défice dos mesmos. São, assim, necessárias mais



receitas, mas não há patrocínios nem é viável aumentar as inscrições dos atletas. Então há que cortar os custos, o que também não é viável porque prejudica a modalidade e a qualidade do trabalho dos clubes, o que se vai repercutir nas selecções. O Belenenses, assim, propõe e afirma que aprova o aumento de receitas de 93 mil euros se o mesmo for dividido equitativamente por todos os 60 clubes.

Carlos Dias, do Moita Clube da Bairrada, interveio para referir que, no seu entender, as contas dos 93 mil euros não estão certas.

Luis Filipe do GD Direito agradece o esforço que tem sido feito, mas considera que a Assembleia se está a repetir. Esclareceu que viveu e vive o rugby e o seu clube intensamente e que esta relação do utilizador/pagador implica que se analise quem é o utilizador e quem é o pagador. Revê-se na proposta do Belenenses. O Direito nunca recebeu qualquer subsídio e já teve um passivo de mais de 500 mil euros e neste momento não deve nada. Resolveu, pelo que sabe do que está a falar. O que entende é que os pressupostos em que se baseia a posição que a Direcção transmite a esta Assembleia não podem ser tomados como absolutos. Defende que se negocie com o IPDJ, para que permita que os clubes assumam responsabilidades que agora competem às Associações Regionais. Tinha expectativas que tivessem sido apresentadas outras propostas. Não deviam propor aumentar os custos aos clubes mas pôr à consideração da Assembleia Geral quais as actividades que devem diminuir até equilibrar o orçamento. O Direito não está disponível para pagar mais.

Pedro Viera da ANAR disse que os custos de arbitragem rondam os 90 mil euros e que têm diminuído de ano para ano. A ANAR está disponível para encontrar uma solução que pode passar por uma maior utilização de árbitros locais.

Jorge Mendes Silva do Conselho de Arbitragem referiu que os custos actuais da arbitragem são na ordem dos 90 mil euros porque se têm diminuído as deslocações, facto que prejudica a qualidade das nomeações. Criticou o Presidente da FPR por tomar medidas relativas a arbitragem sem consultar o Conselho de Arbitragem. A formação dos árbitros passou a ser feita por técnico da FPR/CA. Desde Setembro foram angariados mais 9 árbitros. Foi pedido aos clubes para indicarem árbitros, sendo que só três clubes responderam. Lançou um apelo aos clubes para ajudarem a resolver o problema de falta de árbitros.

José Maria Sampaio do Cascais chamou atenção para que se houver mais uma greve dos árbitros o efeito da mesma será muito negativo, podendo pôr em risco a modalidade. O Cascais está pronto para votar a primeira proposta de orçamento rectificativo, a que não inclui as medidas de receita adicionais. E perguntou se depois de votar a primeira proposta se se vai abrir novamente a discussão para se debater sobre as medidas adicionais constantes da segunda proposta de rectificativo.

Álvaro Santos do Conselho de Arbitragem disse que o Cascais foi um dos três clubes que forneceu nomes para árbitros, indicando o nome de Tomaz Morais.

O presidente da Mesa interveio alertando para o facto de serem quase 21 horas e de a sala só estar assegurada até às 21.30, pedindo que as intervenções fossem mais concisas. Aproveitou para referir que noutros círculos ouviu comentários sobre a greve dos

árbitros que o preocuparam muito, considerando ser importante que se crie uma maior coesão no rugby.

Rodrigo Alves do Benfica propôs que se vote primeiro aquela que o Presidente da Mesa indicou como segunda proposta de orçamento (a que inclui as medidas de receita adicionais).

Rui Alvarez questionou como foram gastos 112 mil euros na preparação dos Sub-20 para World Trophy. Considerou que ainda há muito para cortar nas despesas, pelo menos três vezes mais do que o esforço que está a ser pedido aos clubes.

Paulo Xavier do Montemor considerou que para inverter o ciclo negativo, relativamente à arbitragem, têm de se pagar as dívidas aos árbitros, sem isso não há condições para negociar. Congratulou-se com o recrutamento dos árbitros efectuado pelo Desenvolvimento. Esperava mais cortes nas despesas da FPR e gostava de saber especificamente quanto ganha cada um dos funcionários e colaboradores. Acha que se paga excessivamente no Departamento de Desenvolvimento quando a Montemor vai um técnico uma vez por ano. Acha fundamental a ida de Portugal a um Mundial pois vai garantir mais patrocínios. Questionou a Mesa da Assembleia Geral sobre os motivos para não terem aceite a moção de censura proposta pelo Montemor.

Tito Arantes Fontes esclareceu que as moções de censura têm de ser apresentadas por pelo menos 20% dos delegados, conforme resulta dos Estatutos, o que manifestamente não sucede no caso da proposta do Montemor. E voltou a lamentar o grau de conflitualidade que se constata existir no rugby.

Pedro Lucas do Técnico lamentou a intervenção do Presidente do Conselho de Arbitragem: se o órgão é autónomo e não consegue resolver os seus problemas deve demitir-se e questionou o facto dos membros do Conselho de Arbitragem serem remunerados.

O Presidente do Conselho de Arbitragem interveio para esclarecer que não são remunerados.

Pedro Fragoso Mendes do Direito disse que o problema do rugby português vai muito além da arbitragem, acha que se está a perder tempo e as propostas devem se votadas e se não passarem questiona: *quid juris?*


António Costa do CRAV acha que podia haver facilmente uma receita adicional no orçamento de 40 ou 50 mil euros, com a cobrança de bilhetes nos jogos de Selecção Nacional.

António Moita, ex jogador, concorda que as greves dos árbitros podem acabar com o rugby mas acha que os clubes têm de colaborar, pensando em árbitros para os próximos 3,5, 10 anos.

Ricardo Nunes, da AA Coimbra, lamentou o excesso de intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia, nomeadamente os 30 minutos da intervenção inicial, pois muitos delegados vêm de longe e acha que se deve votar o Orçamento Rectificativo.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral consignou não corresponder minimamente à verdade que a sua intervenção inicial tenha durado 30 minutos.

Luis Canogia da ARS deu os parabéns ao Presidente da FPR pelo documento apresentado, considerando que temos de ter capacidade para resolver estes problemas e



não podemos continuar a fazer como a avestruz. Relativamente aos contratos programa com o Estado, os mesmos têm de ser cumpridos rigorosamente, sendo que o facto de correspondermos aos critérios de IPDJ permite-nos receber mais subsídios que outras federações.

Luis Baptista, do Belas, questionou qual a consequência se não for aprovado o Orçamento Rectificativo que inclui as medidas de receita adicionais.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral transmitiu neste momento que concordava com a proposta do delegado do Benfica, Rodrigo Alves, para votar primeiro o Orçamento Rectificativo que inclui as medidas de receita adicionais.

O Presidente da FPR esclareceu que a não aprovação do orçamento rectificativo com as medidas de receita adicionais levará ao crescimento da dívida a fornecedores. A taxa de arbitragem será uma média de remuneração sem deslocações e ainda sem serem negociados os valores com a ANAR; se os valores mudarem a comparticipação também mudará.

Não havendo mais ninguém inscrito para intervir na discussão, passou-se à votação das duas propostas do orçamento rectificativo, sendo primeiro colocado à votação o orçamento rectificativo com as medidas de receita adicionais, que recebeu 5 votos a favor, 31 votos contra e 5 abstenções, tendo sido apresentadas as seguintes declarações de voto:

Pedro Lucas, do Técnico, declarou que se absteve por não estar tranquilo a votar duas vezes medidas adicionais, já tendo sido aprovada uma medida adicional na Assembleia anterior.

Luis Filipe do Direito votou contra a proposta do orçamento rectificativo que inclui as medidas adicionais, porque apesar do esforço da diminuição de custos, na área da receita nada foi feito para além do que se quer cobrar aos clubes.

António Marques, do Caldas, votou contra o orçamento rectificativo que inclui as medidas adicionais por não perceber para onde vai o esforço adicional pedido aos clubes. No documento fornecido não se percebe o montante da terceira taxa que os clubes vão pagar.

Vasco Sevinato Pinto da Agronomia votou contra o orçamento rectificativo que inclui as medidas adicionais por entender que se pede um esforço excessivo e muito grande aos 5 ou 6 maiores clubes, que suportam 70% do valor.

José Maria Correia de Sampaio do Cascais votou contra o orçamento rectificativo que inclui as medidas adicionais, por considerar injusta a distribuição do esforço exigido aos clubes e por não ficar claro o que acontecerá aos clubes incumpridores. Aconselhou um maior diálogo previamente à apresentação das propostas.

Seguidamente, foi colocado à votação o orçamento rectificativo sem as medidas de receita adicionais, que foi aprovado com 20 votos a favor, 1 voto contra e 21 abstenções.

O Presidente da Mesa passou a palavra ao vice presidente da FPR Carlos Lobo Gaspar que informou, a respeito do ponto Dois da Ordem de Trabalhos, que não tinham sido atempadamente apresentados os documentos referentes a esse ponto pois os mesmos estavam condicionados pela aprovação do orçamento rectificativo.

Em função desse facto, pelas 21 horas e 35 minutos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral suspendeu a presente Assembleia Geral, determinando que os respectivos trabalhos sejam retomados no próximo dia 14 de Dezembro à mesma hora (18.00), para discussão do Ponto Dois da Ordem de Trabalhos.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]